

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROJETO

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - PROFISCO II - MA

Contrato de Empréstimo n.º 4458/OC-BR

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA

Período: Fevereiro a Abril de 2021

Opinião sem Ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto, compreendendo a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração de Investimento Acumulados em 31 de dezembro de 2019, expressos em dólares estadunidenses, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - Profisco II, elaboradas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão e financiados com recursos do Contrato de Empréstimo n.º 4458/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado do Maranhão, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02 (a) das Disposições Especiais do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto em 31 de dezembro de 2019, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito no item 02 da Nota Explicativa de 2020.

Base para Opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por

sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do BID. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafos de ênfase e outros assuntos: sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes:

Ênfases:

•**Bases Contábeis:** A nota explicativa 2019 às demonstrações financeiras descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-Profisco II, a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.01 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para usuários internos e o BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

•**Pandemia de Covid-19 (coronavírus):** Por força da edição da Portaria TCE/MA n.º 188/21, e suas prorrogações, que instituiu o Regime de Teletrabalho Obrigatório, temporário, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em decorrência das medidas de isolamento social, utilizadas para prevenir o contágio e a disseminação do novo coronavírus, adotadas pelos governos Estadual e Municipal, a equipe de auditoria ficou impossibilitada de realizar os procedimentos de auditoria in loco, restringindo-se a análise documental, sem prejuízo para as conclusões expressas neste relatório.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - Profisco II é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa, descrito no item 2 das Notas Explicativas 2019, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Projeto e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Projeto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

·Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

·Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Em nossa opinião, durante o exercício de 2019, exceto quanto às cláusulas 4.04 – Seleção e Contratação de Consultores, 4.08 – Manutenção (Disposições Especiais), artigo 6.1 – Sistemas de Gestão Financeira e Controle Interno e 6.05 – Utilização dos Bens (Normas Gerais), não foram observadas situações que indiquem descumprimento das

cláusulas financeiras do Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme pode ser observado no item 06 do Relatório de Auditoria do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - Profisco II.

São Luís, 28 de abril de 2021



Matilene Rodrigues Lima

Coordenadora

Auditora de Controle Externo – Mat. 8516



Margarida Maria Santos Souza

Auditora de Controle Externo – Mat. 6742



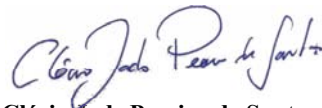
Mônica Valéria de Farias

Auditora de Controle Externo – Mat. 11403



Helvilane Maria Abreu Araujo

Auditora de Controle Externo – Mat. 8219



Clécio Jads Pereira de Santana

Auditor de Controle Externo - 11072



Maria Irene Rabelo Pereira

Auditora de Controle Externo – Mat. 7369



Sônia Regina Machado Tobias

Auditora de Controle Externo – Mat. 8458

Revisado.

São Luís, 28 de abril de 2021.

FABIO ALEX
COSTA REZENDE
DE MELO

Assinado de forma digital
por FABIO ALEX COSTA
REZENDE DE MELO
Dados: 2021.04.29 15:25:10
-03'00"

Fábio Alex Costa Rezende de Melo

Secretário de Fiscalização

Membro do Controle de Qualidade

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: SEFAZ-MA

PROGRAMA: PROFISCO II

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 4458-OC/BR(BR-L1500)

Período terminado em 31/12/2019

	BID	Contrapartida	Total
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	0,00	0,00	0,00
Durante o período	4.004.756,71	509.580,15	4.514.336,86
• Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos)	4.004.756,71	494.000,85	4.498.757,56
• Rendimentos de aplicação financeira	0,00	15.579,30	15.579,30
• Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
• Outros (detalhar)	0,00	0,00	0,00
Total de Recursos Recebidos	4.004.756,71	509.580,15	4.514.336,86
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	0,00	0,00	0,00
Durante o período	3.791.005,90	494.000,85	4.285.006,75
• Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	0,00	0,00	0,00
• Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
• Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	3.784.974,53	494.000,85	4.278.975,38
• Outros	6.031,37	830,84	6.862,21
Em função de inconsistência na GRU, a tentativa de pagamento no dia 24/012/2019, no valor de R\$ 24.291,66 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), valor em dólar US\$ 5.964,07 (Cinco mil, novecentos e sessenta e quatro dólares e sete centavos), referente ao processo nº 0279650/2019 – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU nº 28832-2, o valor foi retirado da conta: 8620-7, agência: 3846-6 e, na impossibilidade da liquidação, foi depositado na Conta do única do Tesouro: 5000-8, agência:3846-6, no dia 27/12/2019, conforme apresentado na Ordem Bancária nº 2019002809.	5.964,07	0,00	5.964,07
Diferença a maior de R\$ 3.348,35 (três mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos), correspondente a US\$ 830,83, ao câmbio de 31/12/2019, apurada no saldo em 32/12/2019, oriunda dos bloqueios judiciais e composta pelos valores a maior correspondentes a devoluções determinadas com rendimentos + entrada de valor de bloqueio realizado em outra conta do estado, conforme detalhamento do Banco do Brasil em anexo.	0,00	830,84	830,84
Diferença decorrente de taxa bancária em 08/10/2019. ORPAG ORIGEM EXTERIOR, no valor de R\$ 275,00	67,30	0,00	67,30
Total Desembolsado	3.791.005,90	494.000,85	4.285.006,75
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	213.750,81	0,00	213.750,81

As notas anexas são parte integrante dessas Demonstrações Financeiras



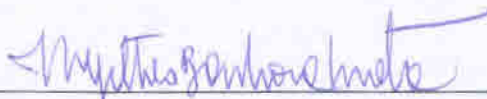

NOME DO MUTÁRIO OU DA ENTIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 4458-OC/BR (BR-L1500)

Exercício: 2019

Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2018			Movimento do Exercício 2019			Acumulado do Exercício 2019			Orçamento a Realizar		
	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
1.1 GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	17.900.000,00	17.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.094.367,81	0,00	3.094.367,81	3.094.367,81	0,00	3.094.367,81	14.805.632,19	14.805.632,19	0,00
1.2 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	14.931.580,00	14.931.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690.606,72	0,00	690.606,72	690.606,72	0,00	690.606,72	14.240.973,28	14.240.973,28	0,00
1.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	5.000.000,00	1.100.000,00	3.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.000,85	494.000,85	0,00	494.000,85	494.000,85	4.505.999,15	1.100.000,00	3.405.999,15
2.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	178.000,00	178.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	178.000,00	0,00
2.2 AUDITORIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00	0,00
3.1 CONTINGÊNCIA	650.420,00	650.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.420,00	650.420,00	0,00
A Subtotal	38.900.000,00	35.000.000,00	3.900.000,00	0,00	0,00	0,00	3.784.974,53	494.000,85	4.278.975,38	3.784.974,53	494.000,85	4.278.975,38	34.621.024,62	31.215.025,47	3.405.999,15

Myrthes Barbosa Frota
Coordenadora Geral
PROFISCO II
Mat. 277459



Assinatura(s) Autorizada(s)



Nome(s) e Cargo(s)

Data



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO
PROFISCO II – MARANHÃO
Nº CONTRATO: 4458/OC-BR (BR-L1500)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Programa
(Valores expressos em dólar norte americano)

1. Programa

Objetivo: O objetivo do Projeto é construir para sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

Descrição O Projeto faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco por meio da Resolução DE-113/17, datada de 08 de dezembro de 2017, sob o número (BR-L1500).

O Projeto está estruturado em 3 (três) Componentes:

- **Componente I – Gestão fazendária e transparência fiscal:**

Este componente tem como objetivo fortalecer os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e a relação do fisco com os contribuintes e financiará:

a) *Fortalecimento da gestão por resultado, incluindo:* (i) sistemas corporativos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) implementados. Refere-se à integração do sistema de monitoramento estratégico com os de gestão de Recursos Humanos, Tecnologia e Orçamento, revisão dos indicadores de gestão, metas e alinhamento de recursos da SEFAZ (humanos, físicos, financeiros e tecnológicos) assim como à massificação da cultura de gestão por resultados; e (ii) modelo de gestão de riscos operacionais implantado.

b) *Implementação da gestão estratégica de recursos humanos*, por intermédio de (i) modelo de gestão estratégica destinado à atualização dos postos de trabalho baseada em competências e critérios para preenchimento dos cargos de direção, avaliação de desempenho e plano de desenvolvimento individual; e (ii) planos de desenvolvimento das competências fazendárias, baseados na gestão de competências, com diretrizes para treinamento e alinhamento com a estratégia organizacional.

c) *Fortalecimento do planejamento e gestão de Tecnologia da Informação (TI)*, por meio de (i) sistemas atualizados, com planos de TI, documentação dos sistemas antigos e sua recodificação com as novas tecnologias de software, atualização do sistema de gestão da segurança da informação e arquitetura de sistemas históricos de TI; (ii) soluções implementadas incorporando soluções de inteligência artificial e novas tecnologias (Big Data e Link Data); e (iii) instrumentos de segurança implantados, para o reforço do sistema de contingência, implantação de firewall e de sistema de segurança física no datacenter e no banco de dados.

d) *Melhoria da gestão de compras e contratos*, mediante implementação dos módulos de planejamento, gestão de compras e de contratos, e supervisão de contratos administrativos implantados, contemplado a análise, modelagem e automatização de processos de gestão de

Imposto

compras e contratos no desenvolvimento de módulos de planejamento de gestão de contratações e de contratos em execução e de fiscalização.

- **Componente II - Administração tributária e contencioso fiscal:**

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, e financiará:

a) *Melhoria do acompanhamento fiscal dos grandes contribuintes*, por meio de um programa de especialização e de monitoramento sobre setores de energia, comunicação, comércio exterior e combustíveis, incluindo: formalização de unidade de monitoramento e controle de setores especializados, capacitação de auditores fiscais e aumento de uso de ferramentas tecnológicas para simplificar e tornar os processos fiscais mais seguros.

b) *Fortalecimento do controle fiscal e da inteligência*, por meio de: (i) sistema de planejamento, execução, controle e avaliação de ações fiscais implementado, que consolide critérios de seleção para contribuintes com uma interface que inclui vários atores no processo de ação fiscal em suas diversas modalidades e no uso da certificação digital em comunicação com o contribuinte; e (ii) ferramentas de controle para o trânsito de mercadorias modernizadas, incluindo a automação de controles visuais móveis e de controle de operações interestaduais e a melhoria da infraestrutura das unidades fiscalizadoras.

c) *Simplificação das obrigações tributárias*, por meio de: (i) sistema de unificação das obrigações acessórias tributárias implementado com módulos eletrônicos de cruzamento de dados, comunicação via web para integrar o fisco com o contribuinte e disponibilizar relatórios para gerenciar as informações obtidas dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD); (ii) Sistema Rede Nacional para a Simplificação de Registros e da Legalização dos eventos cadastrais específicos do Estado do Maranhão (registro, baixas e reativação do registro comercial); e (iii) Sistema do Portal Único de Comércio Exterior implantado, por meio da integração do banco de dados de comércio exterior.

d) *Fortalecimento do contencioso fiscal*, por meio de: (i) procedimentos nas instâncias julgadoras administrativas fortalecidos, pelo redesenho de processos organizacionais, pelo desenvolvimento de solução informatizada de apoio aos juízes, elaboração de manuais eletrônicos e capacitação dos auditores para melhor instrução dos autos de infração e dos julgadores e para a utilização dos sistemas de informação; e (ii) sistemas de contencioso judicial integrado, incluindo módulos para: controle, gestão do crédito tributário, análise do perfil da dívida ativa e cruzamento de dados, gestão de risco de carteira e execução do crédito tributário.

e) *Consolidação da assistência integral ao contribuinte*, por meio de: (i) modelo de assistência integral ao contribuinte implantado, pelo desenvolvimento de manuais e aplicativos, pela certificação de pessoal de assistência as contribuintes e a melhoria da infraestrutura física de TI; e (ii) mecanismo de busca avançada da legislação tributária implementado, com a criação de banco de dados sobre legislação, procedimento de informações e consulta web da legislação.

f) *Fortalecimento dos serviços de arrecadação*, por meio de: serviços de arrecadação disponíveis no sistema SEFAZ.net, através da automação de processos de cobrança e controle de tributos com integração dos sistemas de arrecadação tributária e atenção aos contribuintes que permite a geração automática de relatórios gerenciais e de acesso aos serviços web pelos contribuintes; e (ii) mecanismos de gestão do Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e Doação (ITCD) aprimorados, com a definição de modelo de declaração eletrônica, acreditação de escritórios de advocacia, disponibilidade automatizada de valores de referência de bens imobiliários para base de cálculo do imposto e conta corrente de ITCD.

- **Componente III – Administração financeiro e gasto público**

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento, da execução financeira e da qualidade dos gastos e financiará os seguintes produtos:

- a) *Melhoria do planejamento, orçamento e finanças estadual*, por meio de: (i) modelo conceitual de planejamento definido, que abrange o planejamento, monitoramento e avaliação do orçamento estadual, contempla a análise econômico-financeira de projetos de investimento e a criação de um instrumento para monitoramento de projetos estruturantes do Estado; e (ii) um sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado, para o desenvolvimento de um sistema capaz de oferecer: maior nível de detalhe da execução de processos e projetos; integração com a folha de pagamento do Estado; e módulos para a previsão de reestimativa de receitas; emissão de relatório de repasses financeiros; fluxo de caixa; controle patrimonial; dívida pública; controle de precatórios; conciliação contábil-financeira e bancária de acordo com as regras de convergência contábil.
- b) *Fortalecimento da gestão de custos*, incluindo: (i) modelo de gestão de custos definido, mediante a definição da modelagem para a análise de projetos de investimento e alocação de recursos para a execução de políticas públicas; e (ii) análise de custo setorial realizada, com a definição de um piloto de monitoramento, controle e análise de custo setorial.

2. Principais Políticas Contábeis

Base Contábil

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base de caixa, registrando-se as receitas quando do efetivo recebimento dos recursos e reconhecendo-se as despesas quando estas forem efetivamente pagas. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, segundo os quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando do seu pagamento. No entanto, as NICSP (Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público) foram aplicadas para estas circunstâncias conforme previstas no capítulo "IPAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa.

Unidade Monetária

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólar americano, dos recursos recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. Para os pagamentos das despesas efetivadas em reais, com recurso do BID (foi utilizada a taxa de internalização) e com recursos da contrapartida foi utilizada a taxa de câmbio de do Banco Central da data do pagamento.

3. Fundos Disponíveis

O saldo disponível dos recursos recebido do BID está depositado na conta do Banco do Brasil agência nº 3846-6 conta corrente nº 8620-7.

Descrição	2019
Conta Bancária	Nº 8620-7
Total (US\$)	229.987,90

O saldo acima está afetado pelos seguintes eventos:

Composição Fundo Rotativo	
Pagamentos efetuados Pendentes de Justificativa ao Banco	3.784.974,53
Saldo do Fundo Rotativo a Justificar	

amato

Perda Cambial Ocorrida	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	15.579,30
Saldo Disponível na Conta Banco do Brasil (ao câmbio da internalização 4,073)	229.987,90

4. Gastos Pendentes de Justificativa

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo pendente de justificativa ao BID é de US\$ 3.784.974,53 (três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro dólares e cinquenta e três centavos), composto de despesas realizadas no exercício de 2019 as quais foram incluídas na solicitação de desembolso nº 01.

5. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo de Estado do Maranhão assumiu o compromisso de contribuir com a importância total de US\$ 3.900.000,00, como contrapartida local para o Projeto. Até 31 de dezembro de 2019, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 494.000,85.

6. Aquisição de Bens e Serviços

De acordo com as demonstrações de gasto e pagamentos, houve aquisições de bens e serviços e foram efetuadas com observância às normas do BID e da disposição da Lei 8.666/93.

7. Conciliação entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Categorias de Investimentos Acumulado:

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	3.784.974,53	494.000,85	4.278.975,38
Demonstrativo de Rendimentos	15.579,30	-	15.579,30
Diferença	-	-	-

8. Gastos Realizados por Categoria de Investimento:

Categoria de Investimento	BID	LOCAL	TOTAL
GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	3.094.367,81	0,00	3.094.367,81
P1.3 Planejamento e Gestão da Tecnologia da Informação implantados	3.094.367,81	0,00	3.094.367,81
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	690.606,71	0,00	690.606,71
P2.2 Fiscalização e Inteligência Fiscal aperfeiçoados	27.346,21	0,00	27.346,21
P2.3 Simplificação das Obrigações Tributárias	636.972,75	0,00	636.972,75

Amade

P2.5 Assistência ao Contribuinte Aperfeiçoada	26.287,75	0,00	26.287,75
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	0,00	494.000,85	494.000,85
P3.1 Modelo de planejamento, orçamento e finanças estadual implantado	0,00	494.000,85	494.000,85

9. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID por Categoria de Inversão:

Categoria de Investimento	Demonstração de Investimento	LMS-1	Diferença
CUSTOS DIRETOS	3.784.974,53	-	3.784.974,53
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	3.094.367,81	-	3.094.367,81
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	690.606,72	-	690.606,72
Administração Financeira e Gasto Público	0,00	-	0,00
GESTÃO DO PROJETO	0,00	-	0,00
Monitoramento e Avaliação	0,00	-	0,00
Auditoria	0,00	-	0,00
CONTINGÊNCIA	0,00	-	0,00
Imprevistos	0,00	-	0,00
TOTAL	3.784.974,53	-	3.784.974,53

A diferença acima refere-se aos gastos realizados no período de 08 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, pendentes de comprovação ao Banco, os quais serão incluídos na Solicitação de Desembolso nº 02, do tipo Prestação de Contas (Justificativa).

10. Conciliação do Passivo a Favor do BID:

Descrição	Total
Recursos Recebidos Conforme Fluxo de Caixa	4.004.756,71
Relatório BID – LMS-1	4.004.756,71
Diferença	0,00

11. Contingências:

Não há evidências de registro de demanda judicial ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até a data base de 31 de dezembro de 2019.

Imprato

12. Eventos Subsequentes:

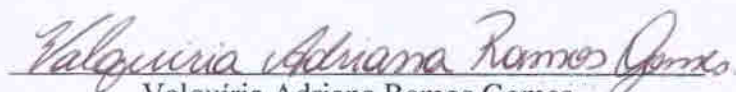
12.1.1. No dia 24/12/2019 o valor de R\$ 24.291,66 (vinte e quatro mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), correspondente a US\$ 5.964,07 (cinco mil, novecentos e sessenta e quatro dólares e sete centavos) pelo câmbio da internalização, referente ao processo nº 0279650/2019 – UFMA, foi retirado da Conta 8620-7, Agência 3846-6 – BB, PROFISCO e, face à impossibilidade de liquidação em função de inconsistência na Guia de Recolhimento da União – GRU nº 28832-2, foi depositado na Conta do única do Tesouro: 5000-8, agência: 3846-6, no dia 27/12/2019, conforme apresentado na Ordem Bancária nº 20199002809. O pagamento foi realizado em 2020.


12.1.2. Em função de bloqueios judiciais determinados na Conta 8620-7, Agência: 3846-6 – BB, uma diferença a maior de R\$ 3.348,35 (três mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos) correspondentes a US\$ 830,83 ao câmbio de 31/12/2019, foi apurada no saldo em 31/12/2019, oriunda dos bloqueios judiciais e composta pelos valores a maior correspondentes a devoluções determinadas com rendimentos + entrada de valor de bloqueio realizado em outra conta do estado, conforme detalhamento do Banco do Brasil em anexo.

13. Situação dos Ajustes Originados de Opiniões Diferentes dos Padrões por Parte dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) no Período:

Não houve modificações que afetem o período em curso que pudessem ocasionar modificações nas demonstrações financeiras do período anterior.

São Luís, 13 de maio de 2020.


Valquíria Adriana Ramos Gomes
Coordenadora Administrativo Financeira
PROFISCO/MA


Myrthes Barbosa Frota
Coordenadora Geral
PROFISCO/MA